

CONSELHO GERAL

ATA Nº 1/2020

Aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, pelas dez horas, na Sala de Reuniões dos Serviços Centrais do IPSantarém, o Presidente do Conselho Geral Professor Francisco Madelino, verificada a existência de quórum, deu início à reunião ordinária do órgão com a seguinte Ordem de Trabalhos (OT):

Ponto 1 - Informações;

Ponto 2 - Aprovação da Ata da reunião anterior já aprovada em minuta;

Ponto 3 – Orçamento 2020 e Ponto de Situação das Negociações com a Tutela (continuação da reunião anterior, de 23dez2019);

Ponto 4 – Outros assuntos.

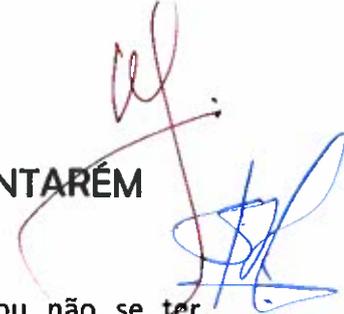
Estiveram presentes (Anexo 1), os Conselheiros: Prof. Francisco Madelino, Prof. Nuno Bordalo Pacheco, Prof. Abel Santos, Prof.ª Teresa Serrano, Prof. João Moutão, Prof. João Samartinho, Prof.ª Regina Ferreira, Prof. Vitor Costa, Prof.ª Fernanda Pires, Prof. Luís Cid, Prof.ª Maria José Diogo, Dr.ª Maria de Fátima Matos, Eng. António Campos e Prof. Manuel Santana Castilho.

Estiveram também presentes, sem direito a voto, o Presidente do Instituto, Prof. José Mira Potes, a Diretora da Escola Superior de Educação, Prof.ª Susana Colaço, a Diretora da Escola Superior de Saúde, Prof.ª Hélia Dias e o Diretor da Escola Superior Agrária, Prof. António Azevedo.

Não compareceram à reunião, tendo justificado a ausência a Prof.ª Maria João Cardona, o Dr. António Filipe Rodrigues, o Eng.º Nelson Baltazar.

Ponto 1 da OT – Informações.

O Secretário do Conselho Geral, Prof. João Samartinho, sugeriu aos presentes de sempre que pretendam registar em Ata as suas intervenções o façam no decorrer da reunião, remetendo as mesmas em documento escrito ou, alternativamente, enviem as referidas posteriormente, para o seu endereço de correio eletrónico.



O Presidente do Conselho Geral, Professor Francisco Madelido informou não se ter apercebido que a primeira convocatória não teria sido enviada para os Diretores das Escolas mas tendo sido detetada esta falha a mesma foi de imediato corrigida, em tempo.

Ponto 2 da OT – Aprovação da Ata da reunião anterior já aprovada em minuta.

Após leitura Ata da reunião de 23 de dezembro 2019, (Anexo 2), a mesma foi colocada à votação e aprovada por unanimidade. Votaram a referida Ata os Membros presentes na reunião de 23 de dezembro, Prof. Francisco Madelino, Prof. Nuno Bordalo Pacheco, Prof. Abel Santos, Prof.ª Teresa Serrano, Prof. João Moutão, Prof. João Samartinho, Prof.ª Regina Ferreira, Prof. Vitor Costa, Prof.ª Fernanda Pires, Prof. Luís Cid, Prof.ª Maria José Diogo, Dr.ª Maria de Fátima Matos.

Não votaram a Ata, por não estarem presentes na reunião a Prof.ª Maria João Cardona, o Dr. António Filipe Rodrigues e o Eng.º Nelson Baltazar.

Não votou a Ata por não estar presente no ponto 2 desta reunião o Eng.º António Campos.

Ponto 3 da OT – Orçamento 2020 e Ponto da Situação das Negociações com a Tutela (continuação da reunião anterior, de 23dez2019).

- Ponto da OT acompanhado do documento remetido pela Direção do IPSantarém “Plano de Ajustamento Orçamental (Em Preparação) A Entregar até 31 de Janeiro de 2020” (Anexo 3).

Passou a integrar a reunião o Diretor da Escola Superior Agrária, Prof. António Azevedo.

O Presidente do Conselho Geral, Professor Francisco Madelino fez uma breve introdução revendo o ponto da situação que tinha relativamente à última reunião de 23 de dezembro de 2019.

Passou a integrar a reunião o Eng.º António Campos.

O Presidente do IPSantarém, Prof. José Potes interveio informando que foi seguido o que foi deliberado no Conselho Geral e em resultado elaborado um documento que foi enviado ao Presidente do Conselho Geral o “Plano de Ajustamento Orçamental (Em Preparação) A

Entregar até 31 de Janeiro de 2020” e que foi apresentado na última terça-feira, dia 7 de janeiro de 2020, ao Sr. Secretário de Estado.

Interveio o Vice-Presidente do IPSantarém, Prof. João Moutão que lembrou “*ser importante dizer que a origem deste défice não é resultado de uma má gestão de recursos e que resulta essencialmente de dois fatores: 1) erro do cálculo do plafond inicial do IPSantarém e 2) impactos de alterações legislativas que não foram repostos. Estas circunstâncias foram identificadas aquando da entrada em funções desta Presidência e constam do plano de atividades de 2019 cujo défice previsto foi 2 281 579 €. Nenhum destes fatores justifica, obviamente, a necessidade que existe de repensar o modo de funcionamento do Instituto e de o tornar mais eficiente. Neste processo cada um tem de assumir as suas responsabilidades. O Plano de ajustamento preparado vai no sentido das deliberações anteriores e corresponde aos compromissos que a tutela quer ver assumidos pelo IPSantarém. É um compromisso que permite a manutenção da autonomia do IPSantarém, salvaguardando a situação da vinda de um gestor externo e a realização de cortes cegos, com prejuízo das autonomias científicas e pedagógicas. A implementação deste plano exige também uma grande responsabilidade de todos. Não basta criticar sem apresentar nenhuma solução alternativa, ou criar situações de instabilidade que só servem os interesses dos que querem deitar abaixo o Instituto. Se nós próprios internamente não nos entendemos e não acreditamos no caminho que devemos seguir, não serão, certamente, as instituições externas que o farão por nós”.*

Passou a integrar a reunião o Prof. Santana Castilho.

O Presidente do Conselho Geral, Prof. Francisco Madelino questionou os presentes se mais alguém queria colocar alguma questão ou intervir. Passando-se de imediato à análise do documento “Plano de Ajustamento Orçamental (Em Preparação) A Entregar até 31 de Janeiro de 2020”.

Entendeu que o documento já está melhor sistematizado, com mediadas concretas, com cortes nos serviços centrais, com cortes nas escolas e que agora era importante ouvirmos a opinião do Conselho Geral pois estamos a falar de um documento duro.

Interveio a Prof.^a Teresa Serrano que disse ter analisado o documento e que da apreciação do mesmo importava referir:

«

A – Há imprecisões ao longo do documento quer em quadros, quer confrontados com outros documentos já enviados ao CG. Estes valores devem ser verificados e corrigidos (ex: nº de alunos e fonte; tabela 3 e tabela 8).

B - QUESTÕES:

As questões aqui referidas poderão contribuir para clarificar o documento e torna-lo no futuro mais objetivo e exequível:

1. Qual o valor real do deficit do ano 2019? O que levou ao aumento do valor em causa?
2. “Os impactos decorrentes das alterações legislativas” - 1.600.00,00€.

o que significa este valor? A quem se refere? O que querem dizer com isto? Se não há resposta ou tenha impacto na análise a efetuar, é desnecessário aqui estar.

3. PREVPAP (396.373,17€)

o que significa este valor? A totalidade do encargo? Acréscimo? Muitos dos PREVPAP já existiam no instituto e, alguns, há anos, o que duvido ser este o impacto e que tenha contribuído para o aumento do deficit. O que fizeram, ou pensam fazer?

4. na tabela 3 O montante das despesas com pessoal (Total) e as despesas correntes (sem pessoal) referidos, são as efetivamente efetuadas? transitamos com dívidas? Se sim, qual o valor que transitou? Tudo está pago quer com pessoal quer em funcionamento? (os media acabaram de noticiar o não pagamento da CGA)

5. Tabela 10 - Projetos de investimento aprovados. O que significa este valor? É o valor real dos projetos? Este valor refere um investimento em 2020. Qual o impacto dos mesmo em valor? Que receita? (o valor dos projetos é consignado a despesas. Pouco é imputado como receita).

6. como pensam responder em relação à mobilidade existente (4 funcionários)? Implica reestruturar o IPSantarém. Nada é referido.

7. O que significa, tabela 7, órgãos sociais – redução de 5,9%.

8. O que significa outros, em várias tabelas, implicando de 300 mil euros?

MEDIDAS PARA REDUÇÃO DE DESPESAS

Questiono a redução dos ETI e o seu valor, para este ano e, nomeadamente no 2º semestre (há contratos efetuados anualmente?). Devemos respeitar as áreas específicas e não colocar em causa a qualidade do ensino.

Repensar a estrutura dos serviços centrais com a criação do novo regulamento e toda a estrutura do IPSantarém. Nada é especificado nem referido como áreas a trabalhar.

RECURSOS HUMANOS E BENS E SERVIÇOS

Aumentam - pessoal em qualquer outra situação? 126%; Representação? Horas extraordinárias? Ajudas de custos? Quando estes há nos que andam a ser cortadas.

»

Interveio o Prof. Luís Cid referiu:

«

Apenas vou fazer um breve comentário e colocar algumas questões, que me parecem ser pertinentes para podermos definir o caminho, pois o problema sempre foi, e aparentemente continua a ser o mesmo: as contas. Nunca batem certo e vão variando de forma dinâmica.

Pela leitura que fiz do documento, parece-me que tem diversas incongruências, que levantam muitas dúvidas: Qual o valor do défice de 2019?; Qual o valor a recuperar em 2020?; No valor a recuperar parte-se do princípio que será repostos o défice crónico que temos como “herança” desde 2014?

Relativamente às medidas apenas tenho a dizer que mais importante que a solução é o caminho para a solução. Este documento assenta numa base de cortes cegos em recursos humanos e em despesas de funcionamento, sendo o mais grave a hipótese que se levanta de mexer na DSD do 2º semestre de 2019/2020, o que não se afigura possível, uma vez que os compromissos já estão assumidos desde o início do ano letivo.

»

Interveio o Prof. Abel Santos que:

«

1. *Questionou o Presidente do CG sobre que orientações, que balizas/ marcos de referência para redução do défice (valores, duração temporal, outras condições*

específicas. etc.) foram recolhidas na reunião com o Secretário de Estado da CTES. Dado que tal devia ter sido o principal propósito da reunião efetuada no dia 7 de janeiro;

2. *Sobre o Plano de Ajustamento Orçamental, dado a conhecer ao CG, considerou:*
 - a. *Na página 5 é efetuada, de forma indevida, uma referência a uma posição do CG, da reunião do dia 28 de novembro de 2019, que é uma posição exclusiva de alguns Membros Externos e não uma posição do CG no seu conjunto. Há, desta forma, uma interpretação extensiva do parecer destes membros, sobre o relatório de contas de 2019, proposta de orçamento para 2020 e plano estratégico do IP Santarém 2022, que não pode ser considerada correta na forma como se encontra apresentada no documento;*
 - b. *Sobre o ponto B do Plano, o valor real do défice não é claro face às informações que fomos recebendo, a informação orçamental, na continuação da apresentada na reunião do dia 23 de dezembro, não parece fiável, as propostas de redução da despesa são de duvidosa execução, nalguns casos no tempo, noutros de legalidade da sua execução, por via de contratos ou de relações de trabalho que dependem, em condições estatutárias, da aceitação unilateral das pessoas envolvidas. No caso das receitas, quase 60% proveem da arrecadação da cobrança coerciva de propinas, o que se afigura de difícil execução;*
 - c. *Sobre as medidas estruturais, uma vez mais, sem prejuízo de uma apreciação técnica e política de desenvolvimento que se possa realizar, será de evitar misturar a qualidade da gestão realizada com a justificação das dificuldades provocadas pelos Estatutos. As alterações a realizar não podem estar condicionadas a ciclos de gestão, a situações conjunturais e à maior ou menor dificuldade que tecnicamente se tem para gerir o sistema de órgãos. Quando se estabelece um Plano de Desenvolvimento, se constituem condições para realizar um mandato à frente da Instituição, ter-se-á que saber em que condições é que se vai governar o IP Santarém. Não parece razoável, num curto espaço de tempo, defender que se quer trabalhar com os Estatutos existentes, depois identificar que a estrutura é grande, a seguir carregá-la com mais pessoas e áreas de intervenção e, por fim, dizer que tem de ser reduzida e que está duplicada. Este tipo de comportamento coloca muitas reservas à forma como se quer refletir sobre este assunto. Todos os argumentos são direcionados para a situação financeira que foi criada e é preciso que esta reflexão vá para além do momento.*

»

Interveio o Prof. Santana Castilho que referiu não ter estado na última reunião mas estando muito preocupado com o futuro vê um documento extenso elaborado pelo Presidente do Conselho Geral e depois vê várias coisas que são importantes. A atual equipa candidatou-se

criticando a atuação da anterior equipa mas, ao fim deste tempo, não terá melhorado e em muitas coisas pioraram. Mais referiu que “Nesta altura vivemos uma situação de emergência, ou se “convence o Ministério de alguma coisa” ou pode aparecer um cenário que eu disse aqui em reunião anterior...”.

Interveio o Prof. Vitor Costa referindo que ... «No que se refere ao Plano de Ajustamento Orçamental referi que, ao contrário do que está na página 5, o órgão em si não definiu "linhas imperativas de intervenção". No que se refere às Medidas para a Redução da Despesa (pag. 15 e seguintes), continua a não ser divulgado o orçamento dos Serviços de Acção Social, nomeadamente o que são as transferências do orçamento do Instituto e as receitas próprias, não há qualquer orientação concreta quanto à oferta formativa para 2020-21, e quanto à atribuição de serviço docente a quem tem cargos de direcção, comece-se por então por cortar um vice-presidente, ver se todas as Escolas precisam de um sub-director, e se os SAS necessitam realmente de um Administrador. Referiu ainda que nas medidas para redução de despesas, cortar 715 mil na aquisição de bens e serviços, mais 318 mil euros nas despesas de investimento, e 368 mil euros nas despesas com pessoal, num total de 1 milhão e 400 mil euros em 2020, é uma mera conjectura, porque não fundamentada, e totalmente irrealista. Referiu ainda que, e no que respeita à Tabela com os valores das propinas em atraso, os valores apresentados só podem estar errados.

Finalmente, referiu que é irrealista atingir o equilíbrio orçamental em 2 anos, isto é, cortar quase 2 milhões de euros, ainda mais quando já transitaram para 2020, pagamentos de 2019 à CGA e SS, cujo montante se desconhece.»

Retirou-se da reunião o Eng. António Campos.

O Presidente do Conselho Geral, Prof. Francisco Madelino lembrou que na última reunião tinha dito que haveria 3 hipóteses: - Ou os Diretores estavam dispostos a colaborar (manifestaram claramente a vontade de não o fazer); - Ou a demissão do Presidente (passaria pela presidência manifestar a indisponibilidade e colocar o lugar à disposição). Isto implica pareceres do Conselho Científico-Pedagógico expressamente mascarada para o efeito; - Ou um terceiro cenário que seria ele, enquanto Presidente do Órgão, escrever à Tutela informando que não havia condições ou consenso para solucionar este problema.

Lembrou ainda que perante a reunião com o Secretário de Estado este tinha realçado que haviam 2 ideias penalizadoras para o IPSantarém: - A ideia que o IPSantarém tem um comportamento global que acha que o dinheiro aparece sempre; - E o facto do IPSantarém, em contraciclo, ter aumentado a estrutura central dentro dos serviços.

Completo a sua intervenção lembrando que tentou esclarecer a questão do valor 1,4 M€ e na última reunião foi solicitado aos serviços que explicassem a situação. Em resultado foi produzido um documento explicativo de carisma técnico que foi clarificador e esclarecedor da existência deste “desvio” crónico no orçamento do IPSantarém. Mais disse que este esclarecimento ajudou a que o Sr. Secretário de Estado compreende-se e aceitasse o valor dos 1,4 M€ mas que, ao mesmo tempo, informou que não tinha condições para o alterar ... que esta alteração teria de ser feito com o Ministério das Finanças.

Interveio o Diretor da Escola Superior Agrária, Prof. António Azevedo que referiu não acreditar no documento que não mostra por exemplo onde são os cortes questionando-se: nos serviços centrais ? nas escolas ?

O Professor Luís Cid interveio dizendo:

«

Relativamente à minha intervenção da reunião anterior, uma vez que parece que não teve a interpretação correta por parte de alguns membros, gostaria que ficasse clara. Aquilo que eu disse e reiterei foi o seguinte: 1) aparentemente o CG estava a colocar o ónus sobre os Diretores relativamente ao futuro da presidência; 2) parece existir entre os membros do CG vontades ocultas de demitir o presidente ou que este se demitisse, mas que essas vontades deveriam ser clara (o que já se veio a verificar durante esta reunião pela intervenção do Dr. Santana Castilho); 3) Os Diretores já se posicionaram sobre o plano: não concordam!; 4) pelo que tem sido a informação veiculada, não temos confiança na presidência; 5) deve ser a presidência a assumir a responsabilidade do plano; 6) estaremos disponíveis, como sempre estivemos, para o analisar e discutir quando for o momento próprio.

»

Interveio a Prof.^a Maria José Diogo nos moldes que passamos a citar:

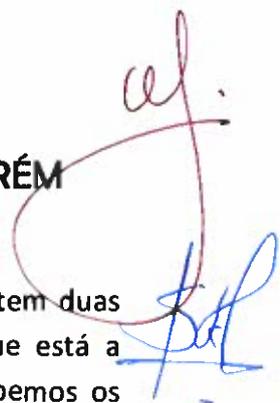
“Tinha pensado não intervir uma vez que a minha posição ficou marcada na última reunião. Conheço o Politécnico à 30 anos e em particular a Escola Agrária, onde já estive na direção por

duas vezes, permitindo-me conhecer muito bem o seu funcionamento, os seus docentes e não docentes. Assim, considero que as propostas apresentadas e as intervenções no sentido de condicionar, em minha opinião, os diretores para que aceitem vir a trabalhar com base no documento proposto pela presidência, sobre o qual já referiram não perceber nem concordar, não me parece que nos possa conduzir a soluções para o IPSantarem, nem que resolvam a falta das competências que esta presidência tem demonstrado. Desta forma considero que o Conselho Geral não deve adiar as decisões e deve deliberar com base no documento apresentado pela presidência e na posição dos diretores já claramente assumida."

Interveio o Prof. João Samartinho que referiu que só se conseguirá encontrar uma solução se encontrarmos uma forma da presidência e dos diretores concordarem em fazer a reestruturação conjunta do documento, e em particular mostrarem-se dispostos a implementar, em conjunto, as mediadas necessárias à redução do défice. Sem um envolvimento conjunto dos diretores e da presidência nunca será possível implementar quaisquer medidas ou planos de redução do défice. Completou a sua intervenção lembrando que o próprio Presidente do Conselho Geral já tinha referido que uma potencial solução seria a de se criar um grupo de trabalho com os diretores e o presidente do Conselho Geral e, este, servir de ligação com a presidência do Instituto, para que fosse possível uma solução viável definição de medidas concretas, reais e de possível implementação, para a redução efetiva do défice.

Interveio a Diretora da ESES, Prof.^ª Susana Colaço dizendo que "o processo de envolvimento com os diretores foi um processo que se iniciou mal, pois não começaram a trabalhar em conjunto desde o início. Disse entender o Conselho Geral que queria "num último fôlego" que os diretores trabalhassem com a presidência mas que nesta fase final do processo era, na sua opinião, um processo lamentavelmente irreversível e portanto impossível, nesta fase, fazê-lo dado que os Diretores não se revêm no documento que está a ser construído pela Presidência."

Interveio a Diretora da ESSS, Prof.^ª Hélia Dias referiu que, tal como o Prof. Luís Cid disse, a chamada dos diretores a este Conselho Geral é tentar condicioná-los. Referiu ainda que o IPSantarém vive uma situação que ultrapassa a governância do Instituto, na sua opinião.



O Presidente do Conselho Geral lembro que o Conselho Geral é um Órgão que tem duas funções. De fiscalização e de aprovar orçamentos. Não é o Conselho Geral que está a condicionar os diretores, o que se está a falar é de Ética e coragem. Todos sabemos os números é de 1,1 ou 2,5. 1.1. é a média dos últimos anos.

O Presidente lembrou dois provérbios: “em mar de piranha jacaré nada de costas” “quem nasceu para lagartixa nunca chega a jacaré” manifestando a certeza que enquanto estiver como Presidente do Órgão continuará a acreditar e a tentar encontrar soluções para “salvar esta instituição com honra mediterrânica”.

Colocou aos Conselheiros e Diretores um conjunto de três hipóteses às quais se deveria dar resposta:

- Marcar reunião de demissão do Presidente do IPSantarém (Sim/Não)?;
- O Presidente do IPSantarém tem mandato para negociar (Sim/Não)?;
- Tomamos uma deliberação sobre o documento ou fica em Ata chamadas de atenção ao documento.

O Prof. Santana Castilho acrescentou aos dois provérbios do Presidente do Conselho Geral: “em vez praguejares na escuridão acende uma vela” dizendo que foi isso que tentou fazer...

Referiu ainda que não é o problema mais importante mas é o problema urgente. Tem tido de se ultrapassar este impasse. Para ele é claro que não há solução possível sem os Diretores. O Conselho Geral não tem essa responsabilidade, apenas pode dar opiniões.

Concluiu a sua intervenção lembrando que era claro que se quebrou a possibilidade de diálogo entre presidente e diretores, mas que não era possível resolver o problema sem a implicação dos diretores. E formulou as perguntas: “*Aceita a presidência do Politécnico, passando um cheque em branco, a uma task-force, com Presidente do Conselho Geral e Diretores de Escolas ficarem com a incumbência de discutir o que e que se apresenta ao ministério para resolver o problema da acomodação financeira criado ?*”. Aceitam a Presidência e os Diretores, conforme já sugerido pelo Presidente do Conselho Geral, “*Constituir-se um grupo de trabalho, composto pelo Presidente do Conselho Geral e Diretores, com a incumbência de desenhar as medidas necessárias e que a presidência do IPSantarém assumas as medidas de daí decorrerem ?*”

O Conselho Geral, ouvidas as apreciações efetuadas pelos membros presentes e pelos Diretores das cinco escolas do Instituto, atendendo à complexidade da situação, à necessária sensibilidade para um processo de negociação que está em curso e ponderada a urgência e a estratégia de apresentação de uma proposta de ajustamento orçamental, até 31 de janeiro, preparou através de proposta do seu Presidente, Prof. Francisco Madelino, deliberação representativa da posição que pretende assumir e que se traduz na seguinte posição:

- Devem ser promovidas todas as iniciativas para que o MCTES possa assumir, no défice orçamental da instituição que se considera como “herança negativa”, o valor de 1,4 milhões de euros;
- Registou o compromisso da presidência do Instituto Politécnico em assumir uma redução de 1,1 milhões de euros no défice apresentado;
- Identificou a necessidade de se realizarem reduções significativas em estruturas que possam estar a funcionar em duplicado;
- Tomou conhecimento do Plano de Ajustamento Orçamental apresentado ao Secretário de Estado da CTES (em versão “documento de trabalho”), com reservas, manifestando a vontade de, após o acordo com a Tutela, para a sua execução, verificar quais as condições institucionais existentes para tal e a possibilidade de se constituir um grupo de trabalho para o seu acompanhamento.

Retirou-se da reunião a Prof.ª Maria José

O Presidente do Conselho Geral colocou a votação a seguinte deliberação:

«

O Conselho Geral, ouvido o Órgão e os Diretores das cinco Escolas do Instituto, deliberou:

- Manifestar a necessidade do Ministério assumir o herança negativa de [1.4, 1.6] M€***
- Registrar o compromisso da presidência do Politécnico de assumir a redução de 1,1 M€ (em função do ponto anterior);***
- A necessidade de fazer reduções significativas nas duplicações de estruturas.***

Tomou conhecimento do documento apresentado, com reservas, manifestando contudo a vontade de após o acordo com a Tutela, na execução, ser constituído um grupo para o seu ajustamento, entre a urgência orçamental e a estratégia a executar.

»

A deliberação foi aprovada, por unanimidade, com os votos favoráveis dos Conselheiros: **Prof. Francisco Madelino, Prof. Nuno Bordalo Pacheco, Prof. Abel Santos, Prof.ª Teresa Serrano, Prof. João Moutão, Prof. João Samartinho, Prof.ª Regina Ferreira, Prof. Vitor Costa, Prof.ª Fernanda Pires, Prof. Luís Cid, Dr.ª Maria de Fátima Matos e Prof. Manuel Santana Castilho.**

Retomou a reunião a Prof.ª Maria José

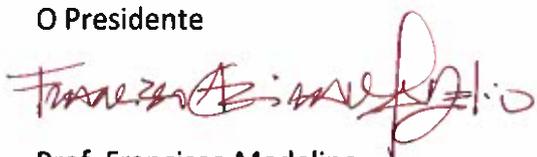
Ponto 4 – Outros assuntos.

O Presidente do Conselho Geral informou que a Escola Superior de Gestão e Tecnologia através dos Professores Vitor Costa e João Samartinho estão a encontrar uma solução para a substituição do Membro Externo do Conselho Geral proposto pela referida Escola.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Geral, Prof. Francisco Madelino, deu por encerrada a reunião pelas dezassete horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida foi aprovada, por unanimidade, com os votos favoráveis dos Conselheiros presentes: Prof. Francisco Madelino, Prof. Nuno Bordalo Pacheco, Prof. Abel Santos, Prof.ª Teresa Serrano, Prof. João Moutão, Prof. João Samartinho, Prof.ª Regina Ferreira, Prof. Vitor Costa, Prof.ª Fernanda Pires, Prof. Luís Cid, Prof.ª Maria José Diogo, Aluna Patrícia Botas, Aluna Sara André, Aluno Diogo Carvalho, Dr.ª Maria de Fátima Matos, Eng. António Campos, Prof. Manuel Santana Castilho.

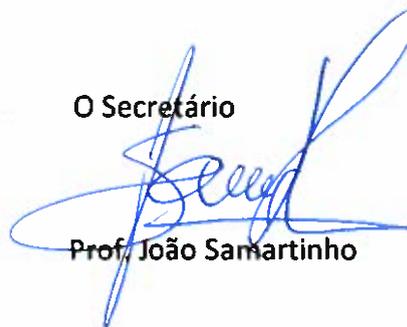
A presente Ata vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário do Conselho Geral.

O Presidente



Prof. Francisco Madelino

O Secretário



Prof. João Samartinho